**ONDE ESTÃO AS NOSSAS CRIANÇAS? CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL EM PERNAMBUCO.**

**Área 1:** Economia Pernambucana.

**Talinny Nogueira Lacerda**

Mestranda em Administração e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade

Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Av. Historiador Jordão Emerenciano, 249, Iputinga, Recife/PE. 50800-120. lacerdatalinny@gmail.com. (88) 98118-6079.

**José Márcio dos Santos**

Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestre em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Rua Nações Unidas, 115, Centro, Barbalha/CE. 63180-000. jmarcio.santos@hotmail.com.

**Diogo Brito Sobreira**

Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Rua José Timóteo, 119, Santo Antônio. Viçosa/MG. 36570-000. economistdbs@hotmail.com.

**ONDE ESTÃO NOSSAS CRIANÇAS? CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL EM PERNAMBUCO.**

**RESUMO**

A necessidade de complementar a renda familiar tem induzido a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho da economia brasileira. Tal condição desestimula a freqüência escolar, vindo a impactar na formação destes indivíduos no futuro. Tentando reduzir esta condição, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implementado nos estados com maior incidência de crianças trabalhadoras. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo identificar os principais determinantes do trabalho infantil no Estado de Pernambuco no ano de 2014. Como metodologia foi aplicada a estimação de um modelo logit usando as informações sobre condições familiares de crianças de 5 a 16 anos presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados obtidos mostram que O cálculo da medida de ajustamento indicou que 96,75% das ocorrências são explicadas pelo modelo, para 3.720 observações em um universo de populacional de 1.713.253. As variáveis idade, gênero e número de componentes da família apresentaram uma associação positiva, ou seja, essas variáveis aumentam a probabilidade da criança trabalhar. Enquanto isso, as variáveis estudante, escolaridade da mãe, zona urbana, região metropolitana e casa própria possuem uma associação negativa, ou seja, reduzem a probabilidade da criança estar empregada.

**Palavras-chave:** economia pernambucana, economia do trabalho, modelo de escolha qualitativa.

**ABSTRATC**

The need to supplement the familiar income has induced the early entry of children in the brazilian economy labor market. Such a condition discourages school attendance, causing impact on the formation of these individuals in the future. Trying to reduce this condition, it was created the Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implemented in the states with the highest incidence of child workers. Thus, this paper aims to identify the determinants of child labor in the Estado de Pernambuco in 2014. The methodology was applied to estimate a logit model using as a database of information about family conditions of children 5-16 years contained on the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). The results show that the calculation of the adjustment measure indicated that 96.75% of the cases are explained by the model, to 3,720 observations in a population universe of 1,713,253. The variables age, gender and number of family components showed a positive association, ie these variables increase the likelihood of child work. Meanwhile, the variables student , mother's education, urban, metropolitan area and home have a negative association, or reduce the likelihood of children being employed.

**Keywords:** Pernambuco economics, labor economics , qualitative choice model .

**JEL: C35, J10, R10**

1. **INTRODUÇÃO**

O Brasil apresenta um histórico de concentração de renda desde o período colonial, vindo de um passado excludente onde a maioria da população não possui acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência (AGUIAR ET. AL., 2014). O país apresenta riquezas abundantes, suficientes para possibilitar aos habitantes uma maior qualidade de vida, isso se expressa por intermédio da renda per capita (BARROS, 2001a).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), a linha extrema da pobreza é constituída pelos indivíduos com rendimento igual ou inferior a R$ 70,00 (MDS, 2015). Outra linha de pobreza adotada no Brasil é para aqueles que recebem abaixo ou igual a um quarto de um salário mínimo. Porém, esta metodologia é extremamente criticada pelos estudiosos da área, já que ao adotar o salário mínimo como unidade para medir a desigualdade, cai-se em uma problemática, dado que este tem sido variante ao longo dos períodos (LOUREIRO; SULIANO, 2009).

Nesse sentido Barros e Mendonça (1995) chamam a atenção para a necessidade de maior investigação dos fenômenos consequentes da desigualdade e de suas esferas prejudiciais. A desigualdade não é um fenômeno recente, muito pelo contrario ela é enraizada desde o período colonial e persiste até os dias atuais. A pobreza é fruto da desigualdade, que priva os indivíduos o acesso a bens básicos, como alimentação, saúde, educação, moradia, saneamento básico e entre outros.

A compreensão de pobreza não esta relacionada apenas ao nível de renda; mas também em relação ao acesso a bens. Tal visão vem sido aplicada na literatura para contrastar a já consolidada medida por meio da renda. Isso se deve, principalmente pelo fato de que em muitas regiões rurais ainda existem produção apenas para o autoconsumo, o que limita os residentes destas áreas o acesso á moradia, habitação, saúde, alimentação, entre outras comodidades. Então torna-se necessário dimensionar os níveis de pobreza. A região Nordeste apresenta um dos maiores percentuais de residências sem acesso a itens de habitação e consumo quando comparado a outras regiões, além de ausência de saneamento básico e água encanada. Quando se analisa a questão de renda, é a região que mais apresenta domicílios abaixo da linha de extrema pobreza[[1]](#footnote-1) (CALDAS e SAMPAIO, 2015).

Neste sentido, a necessidade de complementaridade da renda das famílias, por questões cruciais a sobrevivência, leva à população de menor renda a ingressar precocemente ao mercado de trabalho, sendo que na maioria dos casos abdicando de períodos de tempo que seriam dedicados ao estudo. Desta forma, ocorre o comprometimento ao processo formador de capital humano por parte dos agentes, o que virá, em longo prazo, a dificultar uma ascensão a uma maior renda no futuro. Assim, o indivíduo estaria sujeito a trabalhos de menor qualificação e com remuneração pouco significativa, contribuindo para a manutenção do ciclo da pobreza (CACCIAMALI, *et al*. 2010).

Com o intuito de solucionar problemas referentes a trabalhos desumanos realizados por crianças, que vinham chamando a atenção mundialmente, diante deste contexto, a Organização Internacional do Trabalho, colocou o Brasil juntamente com a Índia, Indonésia, Tailândia, Quênia e a Turquia, para receberem o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil. O programa foi implantado em 1993, logo após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (OIT, 2003).

Dentro deste âmbito, em 1996, é criado no Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pela Secretaria Nacional de Assistência Social, visando principalmente crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade. Na década de 90 chamava atenção o número de crianças envolvidas em trabalhos penosos, principalmente no estado de Pernambuco (com destaque para as áreas de cultivo da cana de açúcar), as carvoeiras no estado de Mato Grosso, e a região de cultivo do Sisal no estado da Bahia. Com isso, esses estados foram selecionados para participar do PETI, enquanto programa piloto, por denotarem de trabalhos que submetiam às crianças envolvidas a situação de risco (CARVALHO, 2004). Nesse sentido, a análise realizada no presente estudo tomou como base o primeiro Estado.

O comprometimento do desenvolvimento cognitivo da criança, e números que indicam disparidades elevadas daqueles que outrora foram trabalhadores, vêm sendo amplamente debatidos na literatura, principalmente pelo fato do trabalho infantil persistir como um sintoma da extrema pobreza, apesar de sucessivas medidas adotadas, além da pesada influência da estrutura familiar neste contexto (KASSOUF, 2000; KASSOUF, 2002; KASSOUF, 2004; RAMALHO E MESQUITA, 2013).

Deste modo, o presente estudo se propõe a analisar o contexto do trabalho infantil em Pernambuco, bem como responder a indagação acerca da situação destas crianças e adolescentes frente à ocorrência das políticas sociais recentes. Dentro deste contexto, o presente trabalho tem por objetivo geral identificar os principais determinantes do trabalho infantil no estado de Pernambuco no ano de 2014.

Estudos como este são extremamente necessários para averiguação das contribuições de políticas públicas na melhoria de vida das crianças. Além da possibilidade de moldagem deste programa de acordo com as necessidades existentes e percalços enfrentados para um efetivo combate ao trabalho infantil.

O presente estudo está composto além desta introdução, mais três seções, e as considerações finais. Na seção seguinte buscar-se-á fazer uma breve revisão de literatura. Na terceira seção será apresentada a metodologia empregada na pesquisa, bem como os dados usados, a posteriori são discorridos os resultados obtidos acerca dos elementos que afetam a decisão de trabalho infantil no estado de Pernambuco no ano de 2014. Por fim, serão feitas as considerações finais sobre o estudo.

1. **OS PRINCIPAIS CONDICIONANTES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL**
2.
3. 1. **Definindo o conceito de trabalho infantil**

Na convenção 138, de 1973, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denota a necessidade de que cada país apresente uma idade mínima para o exercício do trabalho, desta forma visando uma proteção específica e além de uma abordagem de modo geral para a intervenção por intermédio de leis para proteção dos indivíduos enquanto trabalhadores (OIT, 2009).

De acordo com a convenção da OIT (1999), no artigo 2º é definido por criança todo individuo com menos de 18 anos, no entanto, há uma definição especifica recorrente a legislação de cada país, a maioria define um intervalo entre 14 e 16 anos como idade máxima (OIT, 2009).

Para a UNICEF é considerado trabalho infantil toda forma de trabalho realizada por crianças menores de 14 anos e atividades econômicas que demandem demasiado desgaste físico e intelectual na faixa etária de 14 a 16 anos (OIT, 2009).

A Constituição Federal de 1988 no Art. 7º, inciso XXXIII veda qualquer atividade laboral para menores de 16 anos, salvo a situação de aprendiz a partir de 14 anos. É vedada também qualquer forma de trabalho noturno e insalubre para menores de 18 anos. Sendo garantidos os direitos à profissionalização e a proteção do trabalho pelos artigos 60 e 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta definição tem sido amplamente adotada na literatura, servindo de parâmetro para diversos autores.

As atividades insalubres, ou seja, as mais degradantes são apontadas pela OIT como “94 tipos de atividades, entre elas, trabalhos prejudiciais à moralidade e o trabalho doméstico. (...)A riscos comprometedores à saúde, à segurança e à moral.”. (OIT, 2009)

* 1. **Condicionantes do trabalho infantil**

Pobreza e desigualdade encontram-se intrinsecamente ligados, a eliminação da primeira depende consequentemente do enfrentamento da segunda, a conceituação de pobreza enquanto escassez de recursos e má distribuição dos recursos existentes, que permitirá o enfrentamento da mesma. Ao longo dos anos a estratégia brasileira de crescimento, não se mostrou satisfatória neste enfrentamento, e com isso não nega-se a importância do crescimento, porém, entende-se que se faz necessário um combate efetivo da desigualdade, para que a pobreza seja enfrentada (BARROS ET. AL., 2001a).

Entre os destaques acerca das disparidades sociais Kassouf (2004a) aponta o Nordeste como a região mais pobre e, consequentemente, mais desigual, apresentando a menor média salarial em 2001. De acordo com o IBGE (2014), o Nordeste permanece apresentando os maiores índices de desigualdade de renda do país.

Sendo a segunda região mais populosa do país, contando com o maior percentual de moradores na zona rural. Apesar de significativos avanços socioeconômicos na região nos últimos anos, a carga histórica e excludente continua gerando graves problemas, que necessitam de esforços continuados para serem eliminados, caracterizando-se como a região mais desigual do país. Em que menor parcela da população detém o maior percentual de rendimentos. O maior contingente de pobres da região ocupa a zona rural (KASSOUF, 2004a).

A necessidade de suprir condições básicas à subsistência leva a família a enviar mais rapidamente seus integrantes ao mercado de trabalho. Assim, tem-se que o trabalho de crianças e adolescentes torna-se uma saída para as famílias mais abastadas (KASSOUF, 2004b).

Apesar de existir consenso acerca disso na literatura. Campos e Alvarenga (2001) indicam o fator cultural e a ideologia constituída pelo trabalho ao longo dos anos como preponderante na decisão da inserção de crianças no mercado de trabalho. O processo construído ao longo da história que traz questionamentos sobre a visão das sociedades acerca do trabalho, pode ser considerado um fator positivo na tomada de decisão. Os espanhóis e portugueses pregaram que o *labor* era função dos menos abastados, os ingleses calvinistas trazem o ideário do trabalho como comprovação de ser “salvo”. A ideia de que a inserção no mercado de trabalho auxiliaria na formação futura, da construção do individuo com noções de responsabilidade exerce demasiada influencia neste quesito.

Gonçalves (1997) considera a pobreza, a falta de condições mínimas para um desenvolvimento de meios essenciais a vida humana, levando os pais a abrirem mão que seus filhos estejam envolvidos em atividades que contribuirão para a formação da criança enquanto individuo do futuro. Assim a família opta pelo ingresso precoce ao *labor*. Para Guimarães e Asmus (2010 p. 573), “o trabalho infantil aparece, como um ‘sintoma desagradável’ do nível de desigualdade da sociedade”.

O trabalho da criança era totalmente indispensável em uma sociedade não mecanizada, em que a renda da família dependia diretamente de todos os membros, sendo assim o papel exercido por mulheres e crianças na ascendente indústria artesanal europeia era quase invisível a olho nu, dado que era realizado no quintal das casas e sem nenhuma espécie de remuneração (VIGÁRIO, 2004).

Isto possibilita observar que o trabalho infantil e a degradação das crianças não se constituem uma invenção peculiar da Revolução Industrial. Muito pelo contrario, ele já vinha sendo realizado no interior das casas de camponeses e artesãos. Porém, o estopim de dimensões exorbitantes pode ser observado claramente durante o surgimento da indústria têxtil inglesa. Relatos históricos denotam as condições degradantes que as crianças foram impostas nesse período (KASSOUF, 2007).

A literatura denota o período colonial brasileiro como berço da exploração de crianças e adolescentes, por ter como base o regime escravocrata. A maioria dos filhos dos escravos acompanhava seus pais nos trabalhos mais degradantes possíveis. Além do que os trabalhos exercidos por escravos adultos já eram notoriamente demandantes de esforço físico muito além do suportável, o que trazia para as crianças uma sobrecarga funcional (KASSOUF, 2007).

A situação de crianças e adolescentes no Brasil no final da década de 1980 chamava a atenção mundialmente, tornando-se conhecido como sinônimo de concentração de renda, miséria, desigualdade social, subdesenvolvimento, corrupção e negligência (OIT, 2003).

De acordo com a OIT (2003), no começo da última década do século XX aproximadamente 10 milhões de crianças e adolescentes exerciam alguma atividade laboral. Destas, apenas uma recebia um salário mínimo como remuneração, onde a grande maioria recebia nenhuma ou um pequeno valor em remuneração.

No entanto, a decisão de inserção da criança no mercado de trabalho é tomada pelos pais. Na grande maioria das vezes são os pais que necessitam tomar essa decisão, mas são aqueles que no passado obtiveram nível mínimo de instrução e agora veem uma recorrente questão em suas mãos: manter o filho na escola ou ampliar a renda no lar (LIMA E PAIXÃO, 2011).

* 1. **Panorama do Trabalho Infantil no Brasil: Breve revisão da literatura**

Kassouf (2000) observou a interferência da escolaridade dos pais na decisão do ingresso precoce no mercado de trabalho por parte dos filhos, para tal a autora utilizou-se de dados da PNAD 1995, para tal utilizou-se do ferramental econométrico, além do método de Rosenzweig, com estimação separada para meninas e meninos, os resultados indicaram que uma maior escolaridade dos pais influencia positivamente a decisão da criança frequentar a escola e reduz a probabilidade da mesma trabalhar, sendo essa influência maior em relação às meninas. Nestes casos quanto maior for à idade da criança maior a probabilidade que ela se insira no mercado de trabalho. É observada a extrema necessidade da difusão da educação no país e da compreensão de que níveis educacionais adequados contribuem para um maior desenvolvimento do capital humano e que o trabalho infantil acarreta enormes prejuízos ao desenvolvimento cognitivo entre as gerações.

Kassouf (2002) avaliou o impacto do ingresso precoce no mercado de trabalho na vida de jovens adultos, para tal trabalhou com a PNAD de 1999, tendo como método de análise ferramental econométrico. As principais conclusões do trabalho apontam para um ingresso precoce de 66% dos homens e 52% das mulheres que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, estes apresentaram menores índices de escolaridade, o que influencia negativamente em seus rendimentos.

Facchini et. al. (2003) investigou o perfil ocupacional e a contribuição do trabalho infantil no município de Pelotas-RS, para tal realizou aplicação de questionários na zona urbana do município para uma amostra de 4.924 indivíduos de 6 e 17 anos. A análise dos dados foi realizada por intermédio do software SPSS, observando que as crianças trabalhadoras contribuíam com cerca de 18% da renda familiar, quanto menor a renda dos adultos maior a contribuição da criança, além de quanto mais pobre a família maior a probabilidade da criança se tornar trabalhadora, e menor probabilidade de frequentar a escola.

Ferro e Kassouf (2005) verificaram o aumento da idade de ingresso no mercado de trabalho no Brasil, através de análise econométrica dos dados da PNADS de 1995 e 2003. Ao analisar os dados concluíram que houve uma redução na oferta de trabalho para as faixas de 14 e 15 anos. As autoras observaram também um aumento na frequência escolar dos adolescentes e uma consequente redução da renda proveniente de trabalhos realizados pelos mesmos. Destacaram ainda uma redução na renda *per capita*das famílias com crianças trabalhadoras e não trabalhadoras. O coeficiente utilizado para a mudança de legislação apresentou-se significativo, o que indica sua influência na redução do trabalho infantil, apesar de não alcançar a efetiva eliminação.

Carvalho (2008) analisou o panorama do trabalho infantil no Brasil recente por intermédio de estimativas, através dos dados da PNAD 2006, onde observou que 49,2% da população ocupada entre 5 e 17 anos pertence a famílias em condição de pobreza ou indigência, a autora identificou que quanto menor a renda *per capita* maior a incidência de trabalho infantil. Chamando atenção para um trabalho de assistência por intermédio de políticas públicas continuadas. Concluindo que enquanto não ocorrerem mudanças estruturais significativas à erradicação do trabalho infantil apresentará entraves dificultosos de serem superados.

Cacciamali e Teitei (2008) avaliaram o impacto do status ocupacional dos pais em relação com o trabalho infantil, para tal utilizaram como base de dados a PNAD de 2002, através da estimação de um modelo econométrico de tipo probit, averiguaram que existe maior probabilidade da criança ser trabalhadora em casos que o chefe da família atua como autônomo, do que em casos que este fosse trabalhador assalariado. Outra observação importante apontada pelos pesquisadores é o fato de uma maior influência da escolaridade em detrimento da renda *per capita*, ou seja, ocorre uma menor probabilidade de crianças trabalharem no caso de pais terem maior escolaridade, do que casos com renda *per capita* mais elevada.

Aquino et. al. (2010) observaram a influência intergeracional sobre o trabalho infantil, analisando dados da PNAD de 1992 e 2004, entre crianças de 10 e 14 anos. Por meio do modelo econométrico *logit*, concluindo-se que ocorre uma incidência intergeracional positiva, ou seja, filhos de pais que foram trabalhadores infantis apresentam maior probabilidade de se tornarem trabalhadores. Observou-se ainda que ocorreu uma redução de 21% nos níveis de trabalho infantil entre os anos estudados, sendo atribuído a incremento no nível de escolaridade dos pais.

Araújo et. al. (2010) avaliaram as determinantes da inclusão de crianças no trabalho por meio dos dados da PNAD de 2006 utilizando-se do modelo logit multinomial, desmembrando em dois grupos, observou que no grupo 5 a 9 anos as variáveis que maior exercem influencia sobre a alocação do tempo das crianças são sexo, renda, localmora e Sul[[2]](#footnote-2), neste grupo os autores chamam atenção para um incremento na renda influenciar na redução de tempo trabalhado. Para o segundo grupo 10 a 15 anos, as observações são as mesmas com exceção da variável Sul. Conclui-se que diversos fatores influenciam diretamente na decisão de trabalhar, não sendo a renda um fator exclusivamente determinante. Isso permite a maior compreensão para adoção de políticas que contribuam efetivamente para a erradicação do trabalho infantil.

Kassouf e Santos (2010a) investigaram os efeitos da riqueza familiar rural na inserção precoce no mercado de trabalho, tomando por base dados da PNAD de 2006, em que se consideravam ricas as famílias detentoras de maior extensão de terra, o método utilizado para a análise foi a estimação por verossimilhança de um modelo *probit*, no qual averiguou-se que famílias detentoras de maior extensão de terra tem indivíduos trabalhadores mais precoces até o limite em que a propriedade atinge 76 ha, neste momento ocorre uma redução no trabalho infantil na propriedade.

Kassouf e Santos (2010b) observaram o impacto do trabalho infantil nos rendimentos dos indivíduos adultos, dotando-se de dados da PNAD de 2007 e elaborando dois grupos distintos por meio de equações explicativas. Obtiveram como resultados que indivíduos que trabalharam na infância possuem redução de seus rendimentos quando atingirem estabilidade sobre os principais determinantes de rendimentos, deste modo, reafirma-se a influência negativa exercida pelo trabalho infantil na formação futura do individuo, independente de região ou sexo.

Lima e Paixão (2011) buscaram avaliar os determinantes da inserção de crianças no mercado de trabalho, no estado de Tocantins, para tal utilizaram dados da PNAD de 2009, estimando um modelo econométrico *logit* multinomial. Partindo do pressuposto que a decisão da alocação do tempo das crianças é determinada pelas famílias, conclui-se que, a uma grande influencia das variáveis, tempo de estudo e idade na decisão de apenas trabalhar e/ou estudar. Outro fator de influência é o tamanho das famílias, famílias menores apresentam maior probabilidade de apenas estudar, enquanto famílias maiores apresentam probabilidade inversa.

Gonçalves et. al. (2012) investigaram as principais características do trabalho de adolescentes no Sul do Brasil, para tal, entrevistaram cerca de 4.325 adolescentes onde observou-se que no ano anterior ocorreu um percentual de trabalhadores de 22,2%, a maioria dos adolescentes trabalhavam fora de casa, e tinham iniciado o trabalho antes dos 14 anos. Apenas 1% destes apresentava contrato de trabalho, 30% trabalhava mais que 6 horas por dia, e apresentavam renda média mensal inferior a R$150,00. Sendo que os serviços domésticos eram predominantemente realizados pelos mais pobres.

Lacorte et. al. (2013) verificou a grande exposição de crianças e adolescentes a trabalhos nocivos no pólo de produção de joias em Limeira-SP. Por intermédio de análise bibliográfica e da investigação sobre as funcionalidades da organização de uma rede Inter setorial, observando a construção do Termo de Ajustamento de Conduta que garantiu a elaboração de uma série de ações afirmativas, dentre elas, a construção de debates e a criação de um programa voltado para a saúde do trabalhador, porém faz-se necessário uma constante intervenção nos fluxos e meios de trabalho para efetivo combate ao trabalho infantil.

Marin et. al. (2012) realizou estudo de caso no município de Agudo-RS, para verificar a relação entre a produção de tabaco e o trabalho infantil no município. Através da aplicação de questionário e entrevista com 27 agricultores, observou-se que, apesar do trabalho infantil ser proibido na produção de tabaco e em outros meios de acordo com a legislação, os pais não veem como trabalho o envolvimento dos filhos na produção e nem mesmo como um atraso ao seu desenvolvimento. Pelo contrário consideram que as crianças apenas exercem uma “ajuda”, não sendo, de modo nenhuma uma exploração de trabalho infantil.

Lírio et. al.(2013) estudou a inserção de crianças no mercado de trabalho do município de Viçosa (MG), utilizando-se do ferramental econométrico probit, com a base de dados sendo 130 famílias, que são atendidas pelo PETI no município. Observou-se que ocorre uma maior probabilidade de trabalho as crianças que são do sexo masculino e não brancas, famílias onde a mãe apresenta maior nível de escolaridade e que há uma estabilidade no nível de renda, apresentam menor probabilidade de terem as crianças trabalhando. Já famílias que apresentam problemas com alcoolismo são mais propensas a apresentarem crianças trabalhadoras.

Ramalho e Mesquita (2013) investigaram as determinantes para o trabalho infantil no Brasil urbano, utilizando-se de dados em painel com a base de dados das PNADs de 2001 a 2009. Concluindo que o trabalho infantil está sujeito à permanência intergeracional e temporal, e que sofre um grande agravante pelos níveis de pobreza, além da informalidade apresentada nos mercados brasileiros.

Gonçalves et. al. (2014) avaliou as questões relativas ao trabalho infantil no nordeste, chamando a atenção para uma redução de 3,5% no trabalho infantil a níveis de Brasil, entre 2002 a 2011. No entanto pelo fato de o nordeste não apresentar os mesmos níveis é tomado como objeto de estudo. A base de dados são as PNADs de 2002 e 2011, com a estimação do modelo logit multinomial. Observando-se que não correram alterações nos fatores determinantes entre os anos, sendo sexo, a presença materna no lar e o local de moradia, apresentam forte influencia na decisão trabalho ou estudo.

Como foram destacados ao longo desta subseção os autores apontam fatores educacionais e de renda como principais variáveis determinantes na alocação do tempo da criança. Além, da compreensão de efetiva redução do trabalho infantil, apontada ao longo dos estudos. Crianças do sexo masculino que exercem algum tipo de trabalho, também aparecem como os principais resultados obtidos.

1. **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo dos determinantes do trabalho infantil pressupõe averiguar o grau de efeito que as variáveis socioeconômicas exercem influência sobre a decisão de trabalhar ou não trabalhar da criança. Isto porque tal decisão não pode ser vista de forma isolada, como uma decisão implícita da criança, mas como um conjunto de fatores ao longo do seu entorno social e econômico, e que vem a influenciar a decisão de trabalhar ou não trabalhar.

Como forma de averiguar o comportamento que as variáveis socioeconômicas exercem sobre a decisão de trabalhar, a literatura recente tem colocado em prática a estimação de modelos de função de probabilidade, também conhecidos como modelos de escolha qualitativa, para avaliar e mensurar tais impactos. Aquino et al (2010), Araujo et al (2010), Cacciamali et al (2010), Ferro e Kassouf (2005), Ramalho e Mesquita (2013) empregam a metodologia da função de probabilidade na obtenção de respostas ao comportamento das variáveis socioeconômicas na influência sobre a decisão de trabalho dos indivíduos. Desta forma, o emprego deste método se torna referência metodológica na literatura recente à análise desta situação onde se procura definir o grau explicativo da decisão de trabalho. Isto se deve ao fato de que tais modelos permitem inferir melhor a tomada de decisão dos agentes na forma da variável dependente quando se deseja explicar o comportamento de uma variável, no caso a variável dependente, que assume valores discretos ou que assume valores contínuos. Diante do seu emprego difundido na academia, e tendo visto a possibilidade de comparar resultados de regiões distintas através de mesmas metodologias, a metodologia de escolha quantitativa foi empregada neste trabalho.

* 1. **Modelo Logit**

Os modelos de escolha qualitativa são aqueles na qual a variável de resposta, variável dependente, assume valores um número de resultados distintos, sendo chamada de variável dicotômica. Porém, a principal característica dos modelos de escolha qualitativa se dá no fato de que eles procuram expressar a variável dependente em termos probabilísticos, determinado a probabilidade de ocorrência do resultado que expressa a variável de resposta. Assim, esta categoria de modelos é também denominada de modelos de probabilidade.

Dentro deste principio, as propriedades básicas do modelo de escolha qualitativa são determinadas a partir da função de probabilidade empregada em sua formulação. Neste momento os modelos se distinguem em função das funções de probabilidade usadas em sua estimação, podendo ser caracterizados como:

1. Modelos de probabilidade linear;
2. Modelos logit;
3. Modelos probit.

Desta forma, os modelos citados apresentam características metodológicas bastante semelhantes; sendo em sua essência, diferenciados em relação à adoção da função de distribuição de probabilidade empregada. O modelo de probabilidade segue o principio da distribuição de Bernoulli, enquanto o modelo logit usa a distribuição logística e o modelo probit usa a distribuição normal (GUJARATI, 2006). Dada as propriedades comuns, tais modelos acabam por apresentar resultados semelhantes, diferenciado pelo emprego da função de probabilidade. Gujarati (2006) afirma que, dentre estes, o modelo logit é preferível dentro do âmbito acadêmico devido sua simplicidade matemática, inferindo em hipóteses mais robustas e simplificadas comparado aos demais. Tal argumento é respaldado pelo mesmo autor, que argumenta que o modelo mais simples é preferível ao modelo mais complexo na tomada de resultados.

O modelo logit pressupõe uma relação linear entre a probabilidade de ocorrência de um dado evento com um determinado número de regressores, que são as variáveis explicativas. Desta forma, Gujarati (2006) afirma que tal efeito pode ser expresso pela relação:

 (1)

A equação (1) representa a função de distribuição logística, onde 

A função representada é a função logística, neste modelo em que a variável estudada é dicotômica, onde  pode assumir os valores entre 0 e 1 mediante conjunto de probabilidades, através de um conjunto de variáveis observáveis  de forma não linear. O fato da relação não ser linear leva a necessidade de torná-la linear, procedimento que pode ser feito através do emprego do logaritmo natural.

Então, se  é a probabilidade de ocorrência de um evento, o caso contrário será 1 - . Assim, a equação (1) assume a nova forma, dada por:

 (2)

A equação (2) pode ser reescrita, assumindo a forma da relação exposta na equação (3) a seguir:

 (3)

 Na equação (3), denota a razão de chances entre ocorrer o evento esperado ou sugerido, assumindo valor igual a 1, em relação a não ocorrência do evento esperado ou sugerido, assumindo assim valor igual a zero. Diante desta expressão, e aplicando o logaritmo natural em (3), tem-se a equação (4) a seguir:

 (4)

Assim, a equação (4) demonstra que o logaritmo da razão entre a ocorrência e não ocorrência de um evento garante que a relação será linear também nos parâmetros, onde ***L*** é denominado o ***logit***, e esta categoria de modelo conhecida como ***modelos logit***.

A estimação do modelo *logit* consiste em obter a probabilidade de ocorrência ou não de um evento a partir da especificação de determinado conjunto de parâmetros ou variáveis. Desta forma, ampliando a representação da equação (4) tem-se que:

 (5)

Na equação (5) tem-se que o conjunto de variáveis independentes representadas por  explica a variável dependente expressa em termos de probabilidade de ocorrência ou não. Desta forma, a variável depende em termos de probabilidade pode assumir valor 1, para sua ocorrência, e 0, para não ocorrência (também definido como caso contrário). Assim tem-se que:

, ocorrência do evento (6)

, não ocorrência do evento (caso contrário) (7)

A partir do modelo exposto pode-se inferir que a variável dependente será colocada em termos de logaritmo da probabilidade de sua ocorrência em relação a um conjunto de variáveis independentes. Desta forma, dadas as relações apresentadas, a função estudada assumira a seguinte forma:

$Y\_{i}= β\_{0}+ β\_{1}X\_{i}+β\_{2}Z\_{i}+β\_{3}W\_{i}+β\_{4}V\_{i}+β\_{4}T\_{i}$ (8)

Onde:

*Yi* = 1, para criança (5 a 16 anos) que trabalha; 0, para criança (5 a 16 anos) que não trabalha.

*Xi* = Vetor das características das crianças entre 5 a 16 anos

*Zi* = Vetor das características da família

*Wi* = Vetor das características do chefe da família

*Vi* = Vetor das características do domicilio

 A variável *Yi* representa a probabilidade de ocorrência do evento analisado, ou seja, a criança trabalhar ou não trabalhar. Cada vetor de características foi formado a partir de um conjunto de variáveis dependentes em comum, que procurou representar as propriedades de cada conjunto de dados. Desta forma tem-se a desagregação dos vetores nas variáveis conforme exposto na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Descrição das variáveis.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Y | Trabalho da criança nos últimos 365 dias. Assume 1 se a criança trabalha, se 0 caso contrario.  |
| Características da criança | X1 | Idade da criança, medida em anos. |
| X2 | *Dummy* para gênero da criança. Assume valor 1 se for do gênero masculino, e, 0 caso contrario. |
| X3 | *Dummy* para raça da criança. Assume valor 1 se for da raça branca, e 0 caso contrário. |
| X4 | *Dummy* para frequência escolar. *A*ssume valor 1 para criança que frequenta a escola, e, 0 caso contrário. |
| X5 | *Dummy* para situação da criança na família. Assume valor 1 para filho, 0 caso contrário. |
| Características da família | X6 | Renda Domiciliar *per capita,* expressa em reais. |
| X7 | Escolaridade da mãe, expressa em anos de estudo. |
| X8 | Número de Componentes da família, expressa em quantidade de moradores. |
| Características do chefe de família | X9 | *Dummy* para gênero do chefe da família. Assume valor 1 se o gênero do chefe da família for masculino, 0 caso contrário. |
| Características do domicilio | X10 | *Dummy* para zona de residência. Assume valor 1 se a criança residir em zona urbana, 0 caso contrário. |
| X11 | *Dummy* para região de residência. Assume valor 1 para Região Metropolitana, e 0 caso contrário. |
|  | X12 | *Dummy* para situação de moradia. Assume valor 1 se a criança reside em casa própria, 0 caso contrário. |

Fonte: Elaboração Própria.

As variáveis apresentadas visam captar os principais efeitos que condicionam a decisão das crianças de 5 a 16 anos de ingressarem no mercado de trabalho. Essas variáveis são as principais apontadas na literatura.

Como variável dependente **Y**, referente ao trabalho de crianças nos últimos 365 dias, sendo 1 para crianças ocupadas e 0 para crianças que não trabalham. A variável continua **X1** visa medir se há influência da idade em anos na decisão da criança trabalhar. A variável binária **X2** visa medir a influência do gênero na tomada de decisão. Foram adotadas quatro variáveis continuas, e sete variáveis binarias, para a composição do modelo. Visando abranger características do individuo (criança), da família, do chefe da família, e do domicilio.

O método empregado consiste na estimação de uma regressão cross-section, haja vista que será analisado um conjunto de dados pra um único ano, no caso 2014.

* 1. **Dados**

Os dados a serem empregados neste trabalho serão provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2014. Essas pesquisas incluem informações sobre a participação de crianças no mercado de trabalho a partir dos 5 anos de idade, além de dados sobre as características do domicílio, escolaridade dos indivíduos, sexo, idade, salários, número de horas trabalhadas, renda não salarial, etc..

A PNAD é realizada através de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios), unidades secundárias (setores censitários), e unidades terciárias (domicílios). As pesquisas domiciliares iniciaram-se em 1967 no Brasil. São fontes ricas de dados sobre os padrões social e econômico dos indivíduos e permitem o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Investigam regularmente as características da população, educação, trabalho, rendimento e habitação. Esporadicamente, outras características socioeconômicas são investigadas, tais como a migração, fertilidade, nupcialidade, saúde, nutrição, etc. No caso do trabalho a PNAD permitira obter as variáveis explanatórias citadas anteriormente, como forma de avaliar a probabilidade de frequência escolar.

A PNAD, embora forneça um leque considerável de informações socioeconômicas das pessoas entrevistadas e guarde maior periodicidade em relação aos Censos Demográficos, não acompanha os mesmos ao longo de tempo. Também não oferece informações desagregadas a partir de municípios e/ou microrregiões. Os dados se limitam às unidades federativas e aos meios rural e urbano do Brasil.

A amostra é composta por crianças de 5 a 16 anos, este intervalo foi adotado por ser considerado trabalho infantil nesta faixa etária conforme Constituição Federal de 1988.

A estimação dos coeficientes deu-se por *OddsRatio,* que representa a probabilidade de sucesso de um acontecimento, em detrimento de outro. *OddsRatio* ou razão de probabilidades indica a comparação entre um acontecimento e outro, os demais permanecendo constantes[[3]](#footnote-3).

1. **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capitulo apresentam-se os principais resultados obtidos na estimação da regressão logística*.*  Os valores da regressão são apresentados na Tabela 2. O modelo apresenta elevado nível de significância em que apenas, quatro variáveis não foram significativas, que são: Raça, Renda domiciliar *per capita*, Gênero do chefe da família, e a situação do individuo no ceio familiar como filho. Ao apresentarem o valor de p > |t| superior a 0,10, isto significa que, valores inferiores a isso o desvio é decorrente da variável explicativa adotada no modelo, em valores superiores o desvio ocorre pelo acaso, não sendo atribuído a variável acrescentada no modelo. Não exercendo nenhuma influência, conforme modelo estimado, na decisão da criança de 5 a 16 anos exercer algum tipo de trabalho.

##### É importante destacar que esperava-se que a variável Renda domiciliar *per capita* apresentasse significância, dado que, isto é um ponto tido como consenso na literatura estudada. Porém, a melhoria ao acesso de recursos que vem sendo experimentada pelos pernambucanos, com a ampliação das fontes de rendimento do estado, pode estar ocasionando essa não significância da variável, trazendo o fator cultural como maior determinante, como a captação da renda pelo núcleo familiar como um todo.

#####  A não representatividade da variável raça pode ser atribuída a fatores de inclusão realizados ao longo dos anos através de políticas públicas de insentivo para negros e indigenas, como também, para mulheres, dado que o genêro do chefe da família não apresentou significância.

 O cálculo da medida de ajustamento indicou que 96,75% das ocorrências são explicadas pelo modelo, para 3.720 observações em um universo de populacional de 1.713.253.

Tabela 2: Determinantes do Trabalho Infantil entre crianças de 5 a 16 anos – Pernambuco - 2014.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variáveis | *OddsRatio* | Erro padrão linearizado |
| Idade | 1,626\* | 0,124 |
| Gênero | 2,614\* | 0,608 |
| Raça | 1,133NS | 0,264 |
| Estudante | 0,260\* | 0,092 |
| Filho | 0,973NS | 0,268 |
| Renda Domiciliar *per capita* | 1NS | 0,000 |
| Escolaridade da mãe | 0,895\* | 0,034 |
| N° componentes da família | 1,139\*\* | 0,074 |
| Gênero chefe da família | 1,071NS | 0,276 |
| Zona urbana | 0,387\* | 0,117 |
| Região metropolitana | 0,466\* | 0,115 |
| Casa própria | 0,604\*\*\* | 0,183 |
| Intercepto | 0,000\* | 0,001 |

Fonte: Elaboração própria com dados da PNAD 2014.

Nota: NS - Não significativo. \* Significativo a 1%. \*\* Significativo a 5%. \*\*\* Significativo a 10%

As demais variáveis foram significativas, exercendo assim, influência na tomada de decisão sendo que, idade, gênero e número de componentes da família apresentaram uma associação positiva, ou seja, essas variáveis aumentam a probabilidade da criança trabalhar. Enquanto que, estudante, escolaridade da mãe, Zona urbana, Região metropolitana e casa própria possuem uma associação negativa, ou seja, reduzem a probabilidade da criança estar empregada.

Crianças do gênero masculino apresentaram 2,6 vezes mais chances de estarem no mercado de trabalho, ou seja, 160% mais chances de estarem trabalhando. Corroborando com resultados obtidos por Barros et. al. (2001b) em que para a faixa etária de 5 a 9 anos o percentual de meninas que trabalha é entorno 0,6%, enquanto o de meninos é de 1,2%, sendo praticamente o dobro, a mesma variação repete-se para a faixa etária 10 a 14 anos, onde 10% dos meninos trabalham, ante 5% das meninas.

Este incentivo ocorre geralmente por parte da própria família, enquanto as meninas tendem a ocupar-se ajudando a mãe apenas nas tarefas domésticas, os meninos apresentam fatores físicos que possibilitam ingresso em diversas formas de trabalho, e são impulsionados pela ideia cultural do homem enquanto provedor de fazê-lo. Este ideário tende a ser difundido principalmente em regiões onde há menor difusão do conhecimento. Na região nordeste a ideia do homem provedor, que busca o sustento desde muito cedo, é bastante solidificada, principalmente no interior. Onde a figura masculina é sempre associada à chefia do lar e ao seu sustento.

Outro fator importante a ser destacado é a influência da escolaridade da mãe, em que o aumento de um ano de escolaridade reduz em 10% a probabilidade de a criança ser inserida no mercado de trabalho. Resultados semelhantes foram obtidos por Kassouf (2000), Aquino et. al. (2010) e Gonçalves et. al. (2014).

Mães com maior nível de escolaridade apresentam a tendência de compreender os riscos e problemas que o trabalho precoce pode representar no desenvolvimento cognitivo do individuo. Além do que, a escolaridade sempre é apontada na literatura como essencial ao desenvolvimento, famílias em que a mãe teve acesso a níveis elevados de educação apresentam maior desenvolvimento, permitindo assim, que invista-se em outros fatores que venham ampliar esse desenvolvimento, e não apenas na redistribuição de renda, essa redistribuição deve vir acompanhada de soluções e meios que permitam a população um maior acesso ao conhecimento .

A Tabela 3 apresenta os efeitos marginais, que são necessários como medida de avaliação dos parâmetros, já que permitem uma análise unitária mais detalhada, vale-se ressaltar que os efeitos marginais são estimados através de valores médios de Xi, identificando mudanças nas probabilidades ocasionadas por mudanças nas variáveis Xi.

Tabela 3: Efeitos Marginais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variável | dy/dx | Erro padrão |
| Idade | 0,004 | 0 |
| Gênero\* | 0,009 | 0,003 |
| Raça\* | 0,001 | 0,002 |
| Estudante\* | -0,025 | 0,012 |
| Filho\* | 0 | 0,003 |
| Renda domiciliar *per capita* | 0 | 0 |
| Escolaridade da mãe | -0,001 | 0 |
| N° de componentes da família | 0,001 | 0 |
| Gênero chefe da família\* | 0,001 | 0,002 |
| Zona Urbana\* | -0,012 | 0,004 |
| Região Metropolitana\* | -0,007 | 0,003 |
| Casa própria\* | -0,005 | 0,003 |

Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados da regressão e PNAD 2014.

Em média crianças que a mãe apresenta um maior nível de escolaridade, que residem em zona urbana, na região metropolitana e possuem domicilio próprio apresentam menores chances de estarem inseridas no mercado de trabalho.

Esses resultados são muito importantes para a avaliação real dos condicionantes ao trabalho infantil, dado que, famílias que se apresentaram melhor estruturadas em relação a fatores como moradia, ao ter domicilio próprio, reduzem a chance da criança está trabalhando no ano de 2014.

Assim, uma associação negativa, ou seja, o aumento de 1 ano na escolaridade da mãe, tende a reduzir em média 0,01% a probabilidade da criança está trabalhando no ano de análise.

Chama atenção em relação à análise do efeito marginal o fator escolaridade, enquanto que a escolaridade da mãe reduz em média a probabilidade da criança estar exercendo alguma atividade laboral, crianças que estão na escola (identificadas pela variável estudante), apresentam em média 2,5% a menos de chances de estarem trabalhando do que crianças que não estudam. Isso corrobora diretamente com o que vem sendo levantado como consenso na literatura, de que, apenas investimentos reais e sólidos em educação podem melhorar a qualidade de vida, e alavancar o desenvolvimento de um município, estado ou país.

Enquanto que, crianças do gênero masculino apresentam em média 0,9% a mais de chances de estarem empregadas, do que crianças do gênero feminino.

1.
2.
3.
4.
5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação de fenômenos recorrentes a pobreza e a desigualdade de renda tem se tornado extremamente necessários para a construção de políticas públicas em efetividade. Ao longo da composição desta pesquisa diversos fatores foram estudados podendo, assim, acrescentar o debate a cerca dos principais condicionantes do trabalho infantil no estado de Pernambuco, conforme apontam estudos apontam elementos como renda, educação e moradia como crucias a neste processo decisório.

Em 1996, Pernambuco aparecia no cenário nacional, como um estado com risco iminente para as crianças que nele residiam. A ideia inicial de combate vem com o processo de distribuição de renda, processo realizado inicialmente no estado, como apontado pela literatura estudada durante a composição da pesquisa. Diversos fatores sofreram mudanças ao longo dos anos, uma redução na desigualdade e uma maior ampliação dos rendimentos, são algumas dessas.

Assim, avaliar a desigualdade além do recebimento do elemento renda torna-se crucial no processo de compreensão destes fenômenos, implicando na importância de estudos ligados aos determinantes do trabalho sob condições especiais; como no caso do trabalho infantil; dado que ações vêm sendo experimentadas ao longo das décadas de 1990 e 2000 no combate da pobreza, miséria e desigualdade de renda.

Para a composição deste estudo adotou-se o ferramental econométrico *logit* visando medir a probabilidade de influência das variáveis apontadas na literatura como influentes a tomada de decisão de alocação do tempo das crianças.

Como principais resultados observou-se que crianças que estudam apresentam 74% a menos de chance de estarem trabalhando, do que crianças que não estudam outro fato importante a ser destacado, encontra-se, no fato, de filhos de mães com maiores níveis educacionais (em anos) apresentarem menor probabilidade de um ingresso precoce ao mercado de trabalho. Diversos trabalhos na literatura têm apontado para a influência positiva da educação, tanto para o desenvolvimento do individuo, como para um rompimento com um ciclo pré-estabelecido.

As variáveis continuas idade e número de componentes da família exercem uma influência negativa na decisão, ou seja, aumentam a probabilidade da criança trabalhar, corroborando com a literatura utilizada neste estudo. Onde, crianças mais velhas apresentam maiores probabilidades de estarem inseridas no mercado. Além, de um maior contingente familiar, denotar de mais recursos para sua sobrevivência.

Apenas a variável binária gênero, que visou medir, influência de gênero na tomada de decisão apresentou uma associação positiva, ou seja, meninos tendem a apresentarem maiores probabilidades de estarem realizando alguma atividade *laboral.*

Deste modo, ações concentradas em ampliar os níveis educacionais, que venham a realizar capacitação de indivíduos, apresentam chances reais de contribuírem para uma mudança real na composição do trabalho infantil no estado de Pernambuco. Além, do entendimento, que programas que contribuem para a manutenção de crianças na escola, possibilitam outra frente de combate, já que crianças na escola apresentam menores chances de estarem trabalhando.

A ampliação do debate e a construção de uma consciência, referente aos riscos apresentados pelo trabalho ao desenvolvimento da criança, apresentam-se como imprescindíveis para uma eliminação de fato desta triste realidade. A mudança do ideário cultural de que apenas o estudo contribui para a “vagabundagem” é extremamente urgente.

Uma apresentação real a população dos riscos e consequências, além da divulgação a cerca do entendimento dos benefícios da educação na vida do individuo e dos malefícios provocados pelo trabalho infantil, não apenas para os rendimentos como alguns estudos utilizados por essa pesquisa apontaram, mas principalmente, pelo desgaste gerado que poderá privá-las de acesso a outra realidade. Estudos que comparem os dois principais estados apontados no nordeste como bolsões do trabalho infantil, Pernambuco e Bahia, são crucias para determinações regionais e para o estabelecimento de metas públicas de erradicação.

**REFERÊNCIAS**

AGUIAR, Wanderleide Berto; FERREIRA, Maria da Luz Alves; IDE, Maria Helena Souza; SILVEIRA, Ludiana Martins; SILVA, Queite Marrone Soares da; ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de; PIMENTA Weslley Ribeiro Carvalho. Desigualdade e Distribuição de Renda no Brasil. Anais...8° Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão (FEPEG). Montes Claros/MG, 2014.

AQUINO, Juliana Maria; FERNANDES, Maurício Machado; PAZELLO, Elaine Toldo; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Trabalho infantil: Persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. Economia Contemporânea, v.14, n. 1, Rio de Janeiro, 2010.

ARAUJO, Aracy Alves; LIMA, João Eustáquio; LIMA, João Ricardo Ferreira; GOMES, Marília Fernandes Maciel. Trabalho infantil no Brasil: principais determinantes. Revista Ensaios FEE, v. 31, n. 2, Porto Alegre, 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Texto para discursão número 377. IPEA, Rio de Janeiro, 1995.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discursão número 800. IPEA, Rio de Janeiro, 2001a.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; DELIBERALLI, Priscila Pereira; BAHIA, Monica. O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 17, Novembro, 2001b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TÁTEI, Fábio. Trabalho infantil e status ocupacional dos pais. Revista Economia Política, v. 28, n. 2. São Paulo, 2008.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TÁTEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do programa bolsa família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. Revista Economia Contemporânea, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, 2010.

CALDAS, Renata de Melo; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional. Revista Economia Contemporânea, v. 19, n. 1, Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVARENGA, Alex Reinecke. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Revista Estudos de Psicologia, v. 6, n. 2, Natal, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n.4, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, Set./Dez. 2008.

FACCHINE, Luiz Augusto; FASSA, Anaclaudia Gastal; DALL’AGNOL, Marinel; MAIA, Maria de Fátima Santos. Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. Ciência e Saúde Coletiva, v. 8, n. 4, Rio de Janeiro. 2003.

FERRO, Andreia Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. RER, v. 43, n. 2, Rio de Janeiro. abril/junho de 2005.

GONÇALVES, Helen et. al. Perfil de trabalho urbano de adolescentes de 14-15 anos: um estudo populacional no Sul do Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, v. 8, n. 4, Rio de Janeiro. 2012.

GONÇALVES, Marcos Falcão; NEVES, Mateus Carvalho Reis; LIMA, João Eustáquio. Determinantes da decisão entre trabalhar e estudar para crianças e adolescentes da região Nordeste do Brasil: 2002 e 2011. Anais, X Encontro de Economia Baiana, Salvador, 2014.

GONÇALVES, Renato. O Trabalho Infantil e a Agenda Social. Revista do BNDES. Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes. Desigualdades Sociais e Trabalho Infantil no Brasil. Caderno Saúde Coletiva, v.18, n.4. Rio de Janeiro, 2010.

GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2014.

KASSOUF, Ana Lúcia. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. 28° Encontro Nacional de Economia. Anais… Campinas: Anpec, 2000.

KASSOUF, Ana Lúcia. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar. 13° Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2002.

KASSOUF, Ana Lúcia. O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil. OIT. Brasília, 2004a.

KASSOUF, Ana Lúcia. O Brasil e o trabalho infantil no inicio do século 21. OIT. Brasília, 2004b.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? Nova Economia, v.17, n. 2, Belo Horizonte, 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. Economia Aplicada, v.14, n. 3, Ribeirão Preto, 2010a.

KASSOUF, Ana Lúcia. SANTOS, Marcelo Justus dos. Consequência do trabalho infantil no rendimento futuro do trabalho dos brasileiros: diferenças regionais e de gênero. In: Encontro Nacional de Economia, 38, 2010, Salvador. Anais. Salvador: ANPEC, 2010.

LACORTE, Luiz Eduardo Cobra et al. Os nós da rede para erradicação do trabalho infanto-juvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira – SP. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, v. 38, n. 128, 2013.

LIMA, Julio Cesar Medeiros. PAIXÃO, Adriano Nascimento. Análise dos Determinantes do Trabalho Infantil para Famílias Tocantinenses Utilizando o Modelo *Logit* Multinomial. Informe Gerpec, v. 15, n. 2. Toledo, 2011.

LÍRIO, Viviani Silva; CORONEL, Daniel Arruda; BATALHA, Camila Soares; MIRANDA, Antonio Carlos; PAULA, Karine de Almeida. Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: uma abordagem econométrica. Revista Administração, Contabilidade e Economia, v. 12, n. 2. Santa Catarina. 2013

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Sirilo. As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil. Nota Técnica número 38. IPECE. Fortaleza, 2009.

MARIN, Joel Orlando Belivaqua et. al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. Revista de Economia e Sociologia Rural. v.50, n.4. Brasília Oct./Dec. 2012.

MDS. Nota Técnica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Brasília, 2015.

OIT. A Atuação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil. Boas práticas de combate ao trabalho infantil. OIT. Brasília, 2003.

OIT. Respostas políticas e legislativas modernas ao trabalho infantil. ILO, Lisboa, 2009.

RAMALHO, H. M. B.; MESQUITA, S. P. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. Economia Aplicada, v. 17, n. 2, Ribeirão Preto, abr./jun. 2013.

1. Conforme Caldas e Sampaio (2015) p. 79, a linha de pobreza para o ano de 2009 foi de R$ 201,03 mensais por pessoa, e a linha de indigência é calculada a partir da metade da linha de pobreza, ou seja, R$ 100,51. Já nas áreas rurais, a linha de pobreza foi de R$ 179,29 mensais por pessoa, e a linha de indigência foi de R$ 89,65 mensais por pessoa. [↑](#footnote-ref-1)
2. Nomenclatura das variáveis utilizadas pelo autor, localmora indica o local de moradia se urbano ou rural, e Sul indica se a criança mora ou não na região Sul. [↑](#footnote-ref-2)
3. Baseado na apostila de Regressão Logística, disponível em: http://www.pgsc.ufma.br/arquivos/apostilaregressaologistica.pdf [↑](#footnote-ref-3)